



PhD Scientific Review

ISSN 2676 – 0444

Submetido em: 08/09/2024 | Aceito em: 21/09/2024 | Publicado em: 07/10/2024 | Artigo

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR

Edjailma dos Santos Xavier
Graduação em Pedagogia-
Centro Educacional Uniasselvi
E-mail: edjailmax@gmail.com

Jackeline Neri da Fonseca
Licenciatura em Pedagogia-UNINTA-
Pós graduação em Psicopedagogia-UNIFIP.
E-mail:jackeline-neri@hotmail.com

Maria Deiziane Pereira do Nascimento
Graduação em Pedagogia- Faculdade –Uninta
e-mail: deizianegustavo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho, de caráter bibliográfico exploratório, vem discorrer sobre a importância e os desafios para a inclusão de crianças e adolescente no ensino regular no Brasil. Para tanto, inicia-se com a exposição da trajetória da educação inclusiva no Brasil com base em legislações e em sequência explana sobre a importância das práticas e políticas públicas adotadas para uma efetiva diminuição dos desafios encontrados por esses estudantes, de maneira a alcançar autonomia e plena participação no ensino regular.

Palavras-chaves: inclusão, educação de qualidade, acessibilidade, estratégias.

ABSTRACT

This exploratory bibliographical work discusses the importance and challenges of including children and adolescents in regular education in Brazil. To this end, it begins by presenting the history of inclusive education in Brazil based on legislation and then explains the importance of public practices and policies adopted to effectively reduce the challenges faced by these students, in order to achieve autonomy and full participation in regular education.

Keywords: inclusion, quality education, accessibility, strategies.



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como proposta refletir sobre o processo de inclusão escolar, pensar como a escola vem lidando com as deficiências e outras necessidades especiais. O texto faz um levantamento de estudos bibliográficos, cabe aqui tecer algumas reflexões, pois dessa forma contribui-se para uma prática menos excludente e menos preconceituosa. Falar em inclusão nos remete às discussões sobre o direito à igualdade e o direito à diferença.

As sociedades são, por mais homogêneas que tentem aparentar, multiculturais em sua essência. Não há grupo social no qual todos os indivíduos sejam ou hajam da mesma forma, ou que professem a mesma fé, ou tenham as mesmas aspirações. Tanto nas suas ações cotidianas em busca da sobrevivência, como nas interpretações simbólicas da existência, os seres humanos são absolutamente únicos. Um grupo se constrói por uma necessidade histórica de estar junto aos outros.

Diante do tema supracitado, a produção desse material se justifica por esse assunto ser de interesse para acadêmicos e estudiosos na área de educação inclusiva, por se tratar de um conteúdo que tem relação com a atuação de profissionais da educação; com isso, torna-se necessário concretizar a presente abordagem. Para isso, o objetivo geral deste artigo é realizar uma contextualização histórica da educação especial e investigar quais os desafios da educação inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva pode ser compreendida como uma concepção de ensino voltada para a cidadania, global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças e que busca garantir o direito à educação a todos independentemente da deficiência. Ela busca inserir o educando no ensino regular e ainda pressupõe que o aluno tenha a igualdade de oportunidades. Dessa forma, a educação inclusiva deve refletir mais do que o ensino de conteúdos acadêmicos, deve desenvolver o aluno como um todo, cultivando as competências, atitudes e conhecimentos necessários a inclusão na sociedade.



A educação inclusiva é de suma importância nos dias de hoje em que estamos vivendo cada vez mais desafios quanto às necessidades e diferenças sociais, impactando em diferentes olhares na educação. A necessidade não só de integrar esses alunos mais também de torná-los cidadãos de direitos que viva em uma sociedade justa, democrática e igualitária com oportunidades que desenvolva o indivíduo por completo sem distinção.

Para que essa meta da educação seja possível ser realizada é necessário mudanças de comportamentos dos docentes, gestores, comunidade em que a escola está inserida e políticas públicas promovendo discussões e debates a respeito das estratégias e escolhas a serem tomadas. Todo o educando tem que aprender juntos independente de qualquer dificuldade, separar esses alunos é tirar o direito de conviver com todos, por isso a busca diária por uma educação de qualidade, buscando sempre a flexibilidade e adaptando as necessidades individuais elevando a autoestima e a socialização melhorando significativamente na saúde emocional dos alunos.

É importante lembrar que os movimentos como programas de respeito ao próximo, campanhas e movimentos contra o preconceito são de suma importância, mais além disso na forma dos professores ensinar e dos gestores acolher e tratar alunos e famílias buscando uma formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor, mais para que isso aconteça é necessário a valorização da diversidade, acesso igualitário, participação ativa, aprendizado centrado no aluno e colaboração entre educadores.

A união entre todos é sem dúvidas um grande desafio na sociedade em que vivemos, mais que o diálogo e a necessidade de mudar para melhor a educação trás consigo esperança de mudanças significativas.

A educação inclusiva vai além da exclusão das barreiras físicas, ela atende todos de maneira geral, acolhendo às diversidades e necessidades individuais como a idade, sexo, etnia em defesa de todos terem acesso igualitário aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a educação inclusiva é um movimento em defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. Este modelo de educação está fundamentado na equidade como valor fundamental, de acordo com a concepção dos direitos



humanos. Buscando garantir o respeito à diversidade étnica, cultural social, física e intelectual.

Por meio da inclusão, os estudantes compreenderão de forma mais ampla que a sociedade é formada por pessoas e grupos com diferentes características e vivências, que cada indivíduo é único em suas capacidades físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas. Isso traz consequências diretas para a forma como o aluno perceberá o mundo a sua volta, e impactará a sua relação com os demais não apenas no ambiente escolar mais no convívio social como o todo.

Para que a inclusão aconteça de verdade é necessário a investigação e a busca pelo contexto e realidade dos alunos, sem esse conhecimento não é possível avançar significativamente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo primeiro diz o seguinte: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Isso deve acontecer sempre tendo em vista objetivos de aprendizagem bem definidos e que possam ser acompanhados para avaliar se estão sendo eficientes para que possa continuar ou mudar a rota para um caminho que busque sempre uma aprendizagem significativa.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso de maneira geral.

Nas últimas décadas o Brasil tem sido palco de uma discussão teórica que se refletiu na aprovação de legislações voltadas para a educação inclusiva, tendo como foco principal os alunos designados como aqueles com necessidades educacionais especiais. Destaca-se aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ambas alinhadas tanto aos princípios da



Constituição Brasileira de 1988, quanto a documentos internacionais como a Declaração de Jomtien sobre a Educação para Todos, de 1990 e a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais, de 1994.

A ideia principal é a de que a escola, baseada em valores como liberdade, tolerância, convivência, democracia, pluralidade, respeito, singularidade, solidariedade e equidade deveria:

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6.).

A história brasileira da educação especial na perspectiva da educação inclusiva pode ser dividida em três momentos. O primeiro momento ocorreu em 12 de setembro de 1854, quando imperador Dom Pedro II, por meio de um decreto imperial fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos conhecido hoje por Instituto Benjamin Constant (IBC), que tinha como intuito atender crianças e adolescentes com deficiência visual. O segundo momento aconteceu por volta de 1957 a 1990, quando nasceram as campanhas direcionadas especialmente para as pessoas com deficiência, elas visavam fomentar todas as medidas necessárias para a educação e assistência desse público em todo país.

Conjuntamente a essas campanhas, aconteciam pressões por parte de entidades públicas e filantrópicas, que pressionavam o governo por mais dignidade dessas pessoas, graças a essas pressões esse público ganhou um capítulo sobre a educação da pessoa com deficiência na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de (Brasil, 1961). Após anos o Governo Federal aprovou a Lei 10.172/ 2001 Plano Nacional de Educação (PNE), (Brasil, 2001), que estabeleceu diretrizes, objetivos e metas que deveriam ser cumpridas em período decenal. A Educação Especial foi considerada uma modalidade de ensino, e dentre as diretrizes do PNE foi posto a plena integração da pessoa com deficiência em todos os locais da sociedade, a esse público foi garantido o direito de que sempre que possível a matrícula



deveria ser efetivada preferencialmente no ensino regular com todos os alunos “ditos normais”.

Durante muito tempo a Educação Especial foi vista como um modelo educacional médico, onde equipes multidisciplinares, como profissionais da saúde e educação que trabalhavam em conjunto para habilitar e integrar crianças e adolescentes com deficiência na sociedade, mas foi a partir do terceiro momento, com a Proclamação da Declaração de Salamanca em 1994 (Brasil, 1994), que esse público teve uma grande conquista, a ratificação de um trato para uma efetiva educação, reconhecendo as necessidades da pessoa com deficiência de conviver com todos. Dessa forma um novo conceito ganhou voz: a inclusão escolar e social, esse novo conceito trouxe mudanças importantes para as pessoas com deficiência que outrora eram obrigadas a serem habilitadas para viver em sociedade agora com a inclusão escolar e social as iniciativas mudam e a sociedade que teve o papel de se preparar para receber as pessoas com deficiência.

A Declaração de Salamanca proclama que, toda criança tem o direito à educação de qualidade que busque valorizar os interesses, características, habilidades e necessidades individuais de cada uma, pois cada aprendizagem é única, a convenção também propõe que os estudantes com deficiência devam ter acesso ao ensino regular que busque acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada em atender as necessidades da criança e do adolescente. Segundo Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2006) o seu principal propósito é fomentar a proteção e assegurar a pessoa com deficiência condições para que ela possa se desenvolver de maneira plena tendo todos os direitos humanos garantidos de maneira que possa viver com dignidade e respeito.

De acordo com a convenção é considerado pessoa com deficiência, aquelas que possuem impedimentos de longo prazo que podem ser físicos, mentais, sensoriais ou intelectuais, de forma que o contato com diversas barreiras podem impedir sua participação ampla e efetiva em igualdades de condições com as demais pessoas. Nesse sentido, a inclusão é importante, pois ela busca por meios legais como à Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Lei de Diretrizes e Bases e a Declaração de Salamanca, combater qualquer tipo de discriminação de forma a possibilitar a todos o respeito a suas especificidades para uma vida efetiva e plena.



Em 1999 o decreto nº 3298, (Brasil,1999), vai dispor sobre a Política Nacional para integração da pessoa com deficiência, tal lei vai consolidar os princípios de proteção, seu propósito é fomentar a plena participação do público com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do país, no que diz respeito a educação o texto vai afirmar que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que deve passar por todas etapas, modalidades e níveis da educação. Em 2001 a Lei nº10.172 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), (Brasil,2001), que vai propor mais de 29 metas e objetivos, para criança e adolescente com deficiência, entre as metas proposta o texto vai prever que a Educação Especial modalidade da educação básica, deve garantir vagas no ensino regular para diversos tipos e graus de deficiência.

Ainda no ano de 2001 com a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), (Brasil, 2001) criam-se diretrizes nacionais para a educação básica no país. Que terá como ponto principal efetivação da matrícula dos alunos com deficiência pelos sistemas de ensino “cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos”.

Em 2008 a educação inclusiva consegue uma grande conquista, pois o Plano Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), (Brasil, 2007), é elaborado com a intenção de promover políticas públicas promotora de uma educação de qualidade a todos os discentes. No ano de 2014 o Plano Nacional Educacional (PNE), (Brasil, 2014), foi criado e ele estabeleceu uma meta específica para as crianças e adolescentes com deficiência, sua meta quatro prevê a universalização do ingresso à Educação básica e ainda o atendimento especializado preferencialmente na rede regular ele propõem também um sistema educacional inclusivo com salas ou classes com recursos multifuncionais.

É perceptível que ao longo da história da educação brasileira a pessoa com deficiência conseguiu muitos avanços por meio de legislações e políticas públicas, porém apesar desses progressos ainda há muitos desafios para a inclusão de crianças e adolescentes no ensino regular.



Segundo Andrade (2020) ao se falar em escola inclusiva e necessário a compreensão de que ela não se dá apenas pela efetivação da matrícula, uma vez que a inclusão vai muito além de pessoas com deficiência inseridos no ensino regular. Uma escola inclusiva significa, também fornece todas as adequações necessárias para a evolução do aluno, como exemplo a estrutura física, o currículo, a parte pedagógica, a administrativa entre outros, que fizerem necessários para atender as particularidades do estudante.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado através da pesquisa bibliográfica exploratória com abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica, engloba toda bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo. Esse tipo de pesquisa traz a público todos os estudos já apresentados na literatura científica que vai desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, gravações, rádios, televisão, etc.

Seu principal propósito é colocar o investigador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou gravado sobre determinado tema. Para Gil (2002) a pesquisa exploratória tem o objetivo de propiciar maior aproximação com o tema, fato ou problema estudado. “Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Na maioria das vezes é possível a utilização de vários procedimentos para a coleta de dados uma vez que esse tipo de pesquisa é flexível, os dados podem envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com públicos que já tiveram experiência com o problema em questão. Abordagem para essa pesquisa é a qualitativa, segundo Lakatos e Marconi (2003) a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como princípio, analisar e interpretar aspectos de forma mais profunda, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

O tema escolhido para a presente pesquisa foi a importância e os desafios da educação inclusiva na escola regular. A coleta de dados foi realizada em junho e julho de 2024, como



critério de inclusão utilizaram-se artigos, legislações e livros que descrevessem sobre a educação inclusiva e as práticas adotadas no ensino regular no Brasil.

3.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante de todo material utilizado para a realização da pesquisa bibliográfica, com suas respectivas referências, verificou-se por meio das legislações a história da inclusão no Brasil, as práticas adotadas e ainda os desafios encontrados pelas crianças e adolescentes com deficiência no país. A educação inclusiva pode ser vista como uma concepção de ensino que busca garantir o direito à educação a todos independentemente das suas particularidades.

Segundo a Constituição Federal (Brasil, 1988) o objetivo da inclusão é inserir o estudante com deficiência no ensino regular de maneira a garantir igualdades de oportunidades.

De acordo com Andrade (2020) ao se falar em escola inclusiva é necessária a compreensão de que ela não se dá apenas pela efetivação da matrícula, uma vez que a inclusão vai muito além de pessoas com deficiência inserida no ensino regular. Uma escola inclusiva significa, também fornece todas as adequações necessárias para a evolução do aluno, como exemplo a estrutura física, o currículo, a parte pedagógica, a administrativa entre outros, que fizerem necessários para atender as particularidades do estudante.

Desta maneira é necessário enfatizar a importância das práticas adotadas na escola para uma efetiva inclusão da criança e do adolescente com vista a diminuir os desafios encontrados por eles no ensino regular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe como tema a importância e os desafios encontrados para a inclusão no ensino regular. Justificou-se o tema escolhido por tratar da busca da promoção de práticas e políticas públicas, que contribuam para o pleno desenvolvimento dos estudantes de maneira a minimizar os desafios encontrados por eles na rede regular.



PhD Scientific Review

ISSN 2676 – 0444

A educação inclusiva nasce no país como uma concepção de ensino atual que surge com a necessidade de garantir o direito à educação a todos os estudantes independentemente da deficiência. Ela tem o propósito de inserir o educando no ensino regular e ainda pressupõe que ele tenha igualdade de oportunidades.

Em relação às legislações e práticas adotadas no Brasil para minimizar as dificuldades encontradas pela criança e do adolescente incluídas na escola regular esse estudo mostra que a inclusão pode ser considerada um dos maiores avanços, pois graças ao reconhecimento da importância e da necessidade de inclusão desse público através de leis, políticas públicas, atendimentos especializados, como equipe qualificada, recursos pedagógicos e de acessibilidade tais alunos conseguem se desenvolver de forma plena. A luz das teorias, exploradas na fundamentação teórica desta pesquisa bibliográfica exploratória, torna-se possível afirmar que os objetivos específico e geral e foram alcançados.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. Educação Inclusiva numa Perspectiva Humanizadora. Brasília- DF. 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF Senado, 1988.
- BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF MEC, 2006. BRASIL. Declaração de Salamanca. Brasília, DF MEC, 1994.
- BRASIL. Decreto nº 3.298– Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF Planalto, 1999.
- BRASIL. lei nº 8.069/90– Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF.
- BRASIL. lei nº 7.853/89– Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF.
- BRASIL. lei nº 4024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF LDB 1961.
- BRASIL. lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 capítulo v da educação especial. Brasília, DF LDB 1996.
- BRASIL. Programa de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, DF INAP, 2017.
- BRASIL. lei no 10.172– Plano Nacional de Educação. Brasília, DF Planalto, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, DF MEC/SEESP, 1994.
- FIGUEIRA, Emílio. O que é educação inclusiva. São Paulo: Brasiliense, 2017. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.